

em 1987

Economia

Pastore prevê dívida estável

Ao depor na CPI que examina a dívida externa e os acordos com o Fundo Monetário Internacional, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, disse ontem que só em 1987, dependendo da evolução da economia mundial, o Brasil conseguirá estabilizar as suas contas externas. "Apesar das incertezas da economia internacional, podemos projetar um ritmo de queda no crescimento da dívida externa", frisou.

Segundo Pastore, dependendo das exportações, nos próximos dois meses, o Brasil poderá importar mais 30 por cento este ano, em relação a 1983, aumentando as atividades econômicas de forma acentuada. Mas, até o final de 1984, conforme projeções do Banco Central, o Brasil estará devendo 100 bilhões de dólares, alcançando 1 bilhão de dólares em reservas cambiais.

A sessão da CPI durou cinco horas e só o depoimento do presidente do Banco Central, aproveitando o rascunho de um texto que deverá ser encaminhado hoje à Câmara dos Deputados, tomou 1 hora e 20 minutos. Ele estava acompanhado de dois diretores da instituição (Antônio dos Reis Velloso, da área administrativa, e José Carlos Madeira Serrano, da área externa), e diversos assessores.

Embora cinco deputados do PDS façam parte da CPI, apenas um, Pratini de Moraes, do Rio Grande do Sul, que é suplente na Comissão — participou da sessão. Pratini falou durante seis minutos e afirmou, dirigindo-se a Pastore: "Vocês (do Banco Central) já fizeram o que era possível. Agora, é preciso rever este cenário perverso, em que o Brasil pratica medidas adotadas pelo FMI. Acho que chegou a hora de, em vez de conversarmos com o FMI e os bancos, temos que conversar com as classes políticas dos países credores". Segundo Pastore, o Brasil historicamente sempre apelou aos capitais externos para complementar os recursos necessários ao seu desenvolvimento. Entre 1968 e 1973, aproveitando a disponibilidade de dólares no mercado internacional, o Brasil captou grande volume de divisas estrangeiras, mas mantendo um déficit em contas-correntes dentro "de limites bastante estreitos", como disse Pastore. Mas, logo depois, veio o aumento nos preços internacionais do petróleo, elevando as necessidades brasileiras de capital externo, pois o País optou por não aplicar uma política recessiva.

Respondendo a uma interrogação do deputado Jacques Dornellas (PDT-RJ), o presidente do Banco Central colocou-se contra a adoção de uma moratória unilateral, pois essa medida "isolaria o Brasil", além de "afastar para o futuro um problema que deve ser enfrentado hoje e que não pode ser transferido às próximas gerações".

Ele admitiu também que existem divergências, provocadas pela utilização de conceitos diferentes, entre os números das exportações registradas contabilmente, mas cujos pagamentos ainda não chegaram ao Brasil e o que efetivamente foi pago em dinheiro.

À tarde, o Banco Central liberou uma nota, segundo a qual, ao final do primeiro trimestre deste ano, os dados preliminares indicam que o Brasil apresentou um comportamento "amplamente favorável, com consideráveis margens em relação aos tetos estabelecidos".

O FMI acompanha o desempenho da economia brasileira a partir de quatro variáveis: déficit com financiamento do setor público, crédito interno líquido, balanço de pagamentos e endividamento externo. No conceito nominal, o déficit global do setor público alcançou Cr\$ 10 trilhões e 293 bilhões no trimestre, ficando Cr\$ 1,4 trilhão abaixo do teto programado.

O déficit operacional, com teto de Cr\$ 1,3 trilhão, foi calculado em Cr\$ 362 bilhões. Houve uma folga de Cr\$ 937,4 bilhões. As necessidades de financiamento das empresas estatais alcançaram Cr\$ 4 trilhões, em termos nominais, valor que, segundo o Banco Central, fica reduzido a Cr\$ 332 bilhões quando descontadas as correções monetária e cambial. O déficit dos governos estaduais e municipais ficou em Cr\$ 3,4 trilhões e decorreu principalmente da contabilização da correção monetária e cambial, verificando-se um déficit efetivo de Cr\$ 170 bilhões.

O crédito interno líquido (diferença entre alguns passivos das autoridades monetárias e o saldo das reservas internacionais) alcançou, ao final de março, Cr\$ 4,2 trilhões, revelando margem de Cr\$ 1 bilhão em relação ao teto contido no programa de ajustamento econômico. Os dados preliminares relativos ao desembolso líquido da dívida externa, calculados com base nos fluxos do balanço de pagamentos para o trimestre, resultaram num acréscimo de 3,2 bilhões de dólares nos compromissos externos, situando-se dentro do teto estabelecido no acordo com o FMI.